



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638225 - PB (2021/0000365-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ROBERTO DE OLIVEIRA NASCIMENTO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR - PB018895  
ROBERTO DE OLIVEIRA NASCIMENTO - PB020680  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : JERFFESON MORAIS CONSTANCIO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JERFFESON MORAIS CONSTANCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (*Habeas Corpus* n. 0815820-37.2020.815.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática de homicídio tentado, tipo penal previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva só poderá ser decretada quando a não substituição por outras medidas cautelares diversas for devidamente justificada, nos termos no art. 282, § 6º, do CPP, o que não ocorreu nos autos.

Tece considerações acerca da falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva.

Afirma que, no caso, devem ser aplicadas medidas cautelares diversas na prisão.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem, a fim de que seja deferido ao paciente o direito de responder em liberdade, revogando-se a sua prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, conforme previsto no art. 319 do Código de Processo Penal. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou na decisão monocrática impugnada que (fls. 199-200):

Por sua vez, o *periculum libertatis*, ao menos neste instante processual, resta suficientemente demonstrado pela necessidade de garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, diante do seguinte trecho da decisão combatida:

[...] por existirem informações nos autos de que o Representado é pessoa de alta periculosidade, tanto que o crime foi praticado em plena luz do dia, na frente de diversas testemunhas, e é suspeito da prática de outros crimes, além de estar intimidando testemunhas, consoante se extrai do depoimento da testemunha Elnatan Monteiro da Silva, e ocultando provas relevantes para a investigação, de acordo com as informações prestadas pela autoridade policial, pois se recursou a fornecer seu telefone celular para contribuir com as investigações e ocultou a arma utilizada no crime. [...] já que demonstrou extrema periculosidade pelos antecedentes criminais e pelo modus operandi utilizado no crime (id. 9191309, pág. 04/05).

Ora, apesar de nada constar na certidão de antecedentes criminais do id. 9191310, pág. 02, lê-se da peça acusatória inicial que:

[...] as testemunhas ouvidas afirmaram que o acusado é envolvido em outros delitos ocorridos no município de Itatuba, que costuma portar ilegalmente arma de fogo, gerando temor na população. (id. 9191491, pág. 23).

Ainda, consta do relatório de missão policial do id. 9191487, pág. 31/32:

[...] logo após efetuar os disparos, o acusado fugiu em um veículo, o qual foi emprestado pelo amigo do mesmo que é conhecido por MARCOS DE BALEADO, o qual reside no sítio Riachão do Arruda, zona rural de Itatuba/PB, e que tem uma casa de jogos na cidade de Itatuba/PB. Segundo informes, a pessoa de MARCOS DE BALEADO tem uma estreita ligação com JEFINHO, inclusive lhe empresta o automóvel já citado, como também esconde armas do mesmo em sua residência, inclusive, um veículo VW T Cross, que Marcos utilizava, pode ter sido utilizado por JEFINHO em um crime de homicídio ocorrido na cidade de Itatuba, tendo como vítima a pessoa de TIAGO, morto a tiros na praça do bairro Santo Antônio. [...].

Neste norte, as circunstâncias que envolvem o fato demonstram, neste exame superficial do writ, que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal seriam insuficientes para a consecução do efeito almejado. E tendo sido exposta de forma, aparentemente, fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas.

Portanto, ao menos por ora, deve ser a prisão preventiva do paciente mantida, com a reavaliação da medida após a profunda análise do caso, com as informações da autoridade, dita, coatora, e o parecer ministerial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente